

Sarney acata vetos e adia orçamento para 89

São Luís — Apesar de ter aprovado todas as recomendações do Ministro do Planejamento, o presidente José Sarney resolveu adiar a assinatura sancionando o Orçamento Geral da União para o próximo ano com os vetos sugeridos por João Batista de Abreu. O Presidente aceitou vetar todo o artigo quinto da lei orçamentária, que prevê a rolagem das dívidas externas de Estados e municípios contraídas como aval da União. A fórmula apresentada pelo Congresso não será alterada.

O ministro João Batista de Abreu ofereceu ao presidente Sarney duas alternativas para contemplar Estados e municípios. A primeira, considerada mais eficiente pela área econômica do Governo, viria através de créditos especiais do Governo Federal para que os Estados e municípios devedores pudessem arcar com o volume de pagamento previsto no projeto original do Executivo. Dessa maneira, eles só pagariam o montante aprovado pelo Congresso Nacional e saldariam a diferença através dessa linha de crédito. O Ministro do Planejamento não descartou, entretanto, a possibilidade de a União avalizar operações de "relending" (reemprestimo de recursos depositados no Banco Central) na parcela cujo pagamento foi subtraído do Orçamento na lei aprovada pelo Legislativo.

A Comissão de Orçamento poderá acatar uma nova proposta do Governo Federal para a rolagem das dívidas dos Estados e municípios desde que mantida a previsão de desembolso da ordem de Cr\$

178 bilhões, a preços de junho, aprovada pelo Congresso Nacional.

O deputado Genebaldo Correia (PMDB/BA), um dos principais articuladores da Comissão para a rolagem da dívida, afirmou que o Congresso impedirá qualquer tentativa de "manobra" do Executivo.

O parlamentar considerou a intenção da área econômica do Governo de negociar o pagamento das dívidas fora do contexto do Orçamento como uma alternativa a ser examinada pelo Congresso. E adiantou que, se os argumentos do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, forem convincentes, obterá o apoio integral da Comissão.

Os vetos presidenciais atingem cerca de 5% do total do Orçamento (Cr\$ 6 trilhões a preços de junho). Serão alcançadas as despesas colocadas pelo Congresso através da receita do FND — Fundo Nacional de Desenvolvimento. Segundo Abreu, o regulamento para a aplicação desse fundo não permite o uso aprovado pelo Congresso. A apropriação de recursos originários das receitas do Banco Central e Banco do Brasil também serão vetadas pelo Executivo. Segundo Abreu, a medida traria uma irregularidade administrativa ao Orçamento.

O ministro do Planejamento disse ao presidente Sarney que dois tipos de vetos terão que ser aplicados: os que atendem a aspectos inconstitucionais e aqueles que são de interesse público. De acordo com Abreu, o presidente Sarney fez pequenas alterações no documento apresentado para sua apreciação.